



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

LEI Nº 682/2003

Altera a redação dos arts. 25, IV, 51, 95, II e III, 156, 170, 183 e 184, da Lei Complementar n.º 749/1997 (código Tributário Municipal).

Altir Antônio Peruzzo, Prefeito Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e, eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 25, IV, 51, 95, II e III, 156, 170, 183 e 184, da Lei Complementar n.º 479 de 12 de dezembro de 1997 (Código Tributário Municipal), passam a vigorar com a seguinte redação:

õ Art. 25.....
.....

IV ó A falta de pagamento do imposto nos vencimento fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte:

à multa de 1% (um por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até o 30º (trigésimo) dia após o vencimento;
à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) até 90º (nonagésimo) dia após o vencimento;
à multa de 3% (três por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 91 (nonagésimo primeiro) dia após o vencimento;
à cobrança de juros moratórias à razão de 0,5 (cinco décimos por cento) ao mês ao fração, incidentes sobre o valor do débito expresso em Unidade Fiscal do Município ó UFM;

õArt 51. A falta de pagamento do imposto nos vencimentos fixados nos aviso de lançamento sujeitará o contribuinte:

à multa de 1% (um por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até o 30º (trigésimo) dia após o vencimento;
à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) até 90º (nonagésimo) dia após o vencimento;
à multa de 3% (três por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia após o vencimento;
à cobrança de juros moratórias à razão de 0,5 (cinco décimos por cento) ao mês ou fração, indidentes, sobre o valor do débito expresso em Unidade Fiscal do Município (UFM);

õ Art 95.....
.....



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

II ó A falta de pagamento do imposto nos vencimento fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte:

à multa de 1% (um por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até o 30º (trigésimo) dia após o vencimento;

à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, à partir do 31º (trigésimo primeiro) até 90º (nonagésimo) dia após o vencimento;

à multa de 3% (três por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia após o vencimento;

III ó À cobrança de juros moratórias à razão de 0,5 (cinco décimos por cento) ao mês ou fração, incidentes sobre o valor do débito expresso em Unidade Fiscal do Município (UFM);

õArt. 156, A falta de pagamento do imposto nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte:

à multa de 1% (um por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até o 30º (trigésimo) dia após o vencimento;

à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 31º (trigésimo Primeiro) até 90º (nonagésimo) dia após o vencimento;

à multa de 3% (três por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia após o vencimento;

à cobrança de juros moratórias à razão de 0,5 (cinco décimos por cento) ao mês ou fração , incidentes sobre o valor do débito expresso em Unidade Fiscal do Município (UFM);

õArt. 170. A falta de pagamento da taxas nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte:

à multa de 1% (um por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até o 30º (trigésimo) dia após o vencimento;

à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 31º (trigésimo Primeiro) até 90º (nonagésimo) dia após o vencimento;

à multa de 3% (três por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia após o vencimento;

à cobrança de juros moratórias à razão de 0,5 (cinco décimos por cento) ao mês ou fração , incidentes sobre o valor do débito expresso em Unidade Fiscal do Município (UFM);

õArt. 183. O pagamento da contribuição de melhoria será feito de uma só vez, ou parceladamente em nove ou dezoito prestações mensais e consecutivas, cujo valor será expresso em Unidade Fiscal do Município (UFM), devendo serem quitadas com base no valor desse Unidade vigente nas datas indicadas nos avisos de recebimento.

§ 1.º. O número de prestações poderá ser reduzido de forma que o valor de cada uma delas não seja inferior a 1 (uma) UFM.

§ 2.º. O pagamento feito à vista terá um desconto de 20% (vinte por cento), em parcela única expressa em número de UFM.

§ 3.º. O pagamento feito em nove prestações terá um desconto de 10% (dez por cento).



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

§ 4.º. O pagamento feito em dezoito prestações não terá desconto.

Art. 184. A falta de pagamento a contribuição de melhoria nos vencimento fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte:

à multa de 1.% (um por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até o 30º (trigésimo) dia após o vencimento;

à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 31º (trigésimo Primeiro) até 90º (nonagésimo) dia após o vencimento;

à multa de 3% (três por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia após o vencimento;

à cobrança de juros moratórias à razão de 0,5 (cinco décimos por cento) ao mês ou fração, incidentes sobre o valor do débito expresso em Unidade Fiscal do Município (UFM);

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína-MT., em 17 de junho de 2003.

Altir Antonio Peruzzo
Prefeito Municipal